

REVISITANDO A COOPERAÇÃO BRASIL/ÁFRICA FACE AOS DESAFIOS DOS NOVOS TEMPOS

Maria Odete da Costa Soares Semedo'

Resumo

A cooperação Brasil!África lusófona data dos anos após a independência desses novos Estados africanos, mas a história comum desses povos tem as suas raízes, infelizmente, nos porões dos navios escravagistas. Essa cooperação foi se fortalecendo ao longo dos anos, também, com a participação das Universidades brasileiras e africanas. Esta comunicação revisita a referida cooperação face aos desafios dos novos tempos. Traz à tona algumas questões que afetam os países africanos, a Guiné-Bissau em particular; a evolução da democratização da educação no Brasil, os desafios da mundialização e o benefício que se pode tirar dos protocolos de cooperação assinados pelos países da CPLP, ampliando-os em favor do PEC-PG e dos propósitos do Simpósio Internacional de Estudantes-Convênio Brasil-África de Ensino Superior.

Palavras-chave

Cooperação Brasil/África. Mundialização. PEC-PG. Redimensionamento da parceria.

REVISITING BRAZIL/AFRICA COOPERATION IN THE FACE OF THE CHALLENGES OF A NEW ERA

Abstract

The Brazil!Africa cooperation date from the years after the independence of these new African states, but the common history of these people has his roots in the slave ships cellars. This cooperation was strengthening along the years, also, with Brazilian and African universities fellowship. This communications revisits the referred cooperation face to this new era challenges. It brings to the surface some subjects that affects african countries, in particular Guinea-Bissau, the evolution of Brazil education

• Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Brasil.

democratization, the globally challenges and the profits that can be taken away from the cooperation's protocol agreement signed by CPLP countries, enlarging them in favor of PEC-PG and the purposes of the Simpósio Internacional de Estudantes-Convênio Brasil-África de Ensino Superior.

Keywords

Cooperation Brazil/Africa. Globalization. PEC-PG. Diversification of the partnership.

A mundialização e a política de intercâmbio

Abordar “A dinâmica das sociedades africana e brasileira no contexto da mundialização e a política de intercâmbio no ensino superior”, no espaço deste Simpósio Internacional de Estudantes-Convênio Brasil-África de Ensino Superior não será tarefa fácil, dado o tema oferecer amplas e diversas linhas de discussão. Porém, duas questões se me levantaram em relação ao assunto: a primeira foi a de que a presente abordagem exige um conhecimento prévio das políticas educativas dos países africanos e do Brasil, suas leis de base dos sistemas educativos e de formação superior e universitário. Exige, ainda, um conhecimento de questões essenciais que determinam a implementação de qualquer lei e/ou plano de ação em favor da educação no continente africano e no Brasil. Por não me sentir na posse de todas essas informações, trago para a discussão uma interrogação: que dinâmica é exigida das sociedades (guineense e brasileira) para melhorar a política de intercâmbio no âmbito do ensino superior tendo em conta os desafios da mundialização? Isto porque concentrarei a minha atenção nos panoramas educativos da Guiné-Bissau e do Brasil e suas respectivas políticas de cooperação.

A segunda questão, e não necessariamente a última, é a da necessidade de definir em que perspectiva abordar a mundialização, como ela é vista, quais as interrogações e os desafios que propõe aos países, que benefícios se podem tirar dali e, talvez o mais importante, quais os desafios a que cada país se propõe para enfrentar as novas apostas.

Partindo da mundialização, trata-se de um conceito que pressupõe integração de diferentes atores num processo de trocas, impulsionadas hoje,

sobretudo, pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, bem como dos meios de transporte (BENKO, 2002). Sociólogos, economistas e cientistas políticos apresentam diferentes definições para esse conceito. Para uns, é um produto da modernidade, o marco de um novo período. Para outros, trata-se de um *prolongamento de tendências antigas*, vivenciadas ainda no período da expansão marítima européia. Questiona-se também se nessa grande 'aldeia' de trocas todos os atores estarão preparados para enfrentar os desafios.

O certo é que a velocidade da criação de novos conhecimentos, novos instrumentos de informação e comunicação dista em ordem oposta da possibilidade de esses instrumentos estarem ao alcance de todos. Isso pode estar na origem do crescente êxodo, tanto do campo para a cidade quanto dos países em vias do desenvolvimento para os mais avançados.

Nessa migração, contam-se muitos quadros técnicos e de formação superior que, não encontrando enquadramento nesses lugares, acabam por não servir nem ao país de origem nem ao que escolheram como nova pátria. Essa migração, fuga ou desperdício de cérebros pode acontecer com estudantes que terminam os cursos e optam por permanecer no país onde estudaram. Não estando cobertos por nenhum convênio após a conclusão do curso, sem trabalho, acabam sendo mais um encargo e mais uma carga para o país de acolhimento.

Havendo uma política de cooperação entre universidades, essa poderia ser uma saída. O técnico teria grandes possibilidades de trabalhar, temporariamente, no país onde fez os seus estudos e, após o regresso ao país de origem, prestar seu contributo ao desenvolvimento da sua terra natal. Nesta linha, a mundialização, que parece trazer mais ameaças que benefícios, passaria a oferecer oportunidades de trabalho, de circulação de técnicos e de resultados de pesquisas em vários domínios.

É, pois, necessário que os esforços dos países interessados se concentrem, sobretudo, em criar formas efetivas de ação, que explorem o potencial dos programas de cooperação, particularmente dos que envolvem as universidades na qualidade de centros de excelência capazes de estimular pesquisas conjuntas, intercâmbios; capazes também de gerar emprego, inclusão social e auto-estima, constituindo, ainda, um dos canais de acesso ao mercado internacional de trabalho.

São estas linhas de pensamento que me levam a inferir que a mundialização abordada no contexto deste Simpósio deve ser a que perspectiva a aproximação entre países, a que cultiva a troca de saberes e incentiva o mútuo conhecimento e valorização das culturas, quer através de convênios básicos entre os Estados, quer através de redes de movimentos sociais, culturais e académicos. Uma mundialização que não mina o local, antes o eleva à escala internacional. Refira-se que Karl Marx, no "Manifesto Comunista", ao abordar a questão da necessidade de uma cultura mundial, uma cultura não mais confinada ao seu espaço, afirmou que "os produtos intelectuais das diferentes nações se transformam em património comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais se tomam crescentemente impossíveis, e uma literatura mundial se constitui a partir das várias literaturas nacionais e locais" (MARX e ENGELS, 1988, p.69-70).

Apesar desta linha ser a ideal, ela pode não ser a real, pois se por um lado a mundialização carece da concatenação de vários 'locais' e 'nacionais', essa tentativa de integração e de trocas não é passiva; gera conflitos porque se trata de uma 'aldeia' cujos atores são diferentes. Diferentes, porque uns têm maior acesso e domínio das novas tecnologias, são mais fortes económica e financeiramente, e outros ainda estão em vias de desenvolvimento. Não será utópico pensar numa 'aldeia' assim heterogênea, porém harmoniosa?

A Guiné-Bissau

Em referência à Guiné-Bissau, pode-se perguntar, hoje, o porquê da criação tão tardia de uma Universidade nesse país. A Universidade Colinas de Boé, de iniciativa privada, foi a primeira, criada em 24 de setembro de 2003, em homenagem ao 30º aniversário da independência da Guiné-Bissau. O processo de criação da Universidade Amílcar Cabral (UAC), que vinha se debatendo com aspetos políticos e burocráticos desde 1995 (altura em que foi criada a primeira Comissão Instaladora), foi com isso acelerado e a UAC viu-se impulsionada a também abrir as suas portas.

Longe de querer imputar todas as responsabilidades aos colonizadores portugueses, vale mostrar que aqueles não tinham a intenção de levar a instrução aos africanos. Para eles, esses últimos eram apenas mão-de-obra barata. Por isso, as primeiras escolas que surgiram na então Guiné portuguesa eram rudimentares e divisionistas, pois havia escolas para filhos de civilizados e escolas para filhos de indígenas; estas últimas estavam a

cargo das missões católicas. Nas palavras proferidas, em 1960, pelo Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, então Patriarca de Lisboa, as escolas das colónias eram apenas “para ensinar os indígenas a escrever, a ler e a contar, mas não para os tomar doutores” (apud MENDY, 1993, p. 6).

Porém, embora em circunstâncias adversas que chegaram a gerar uma crise política no Conselho de Ministros de Portugal salazarista, em 1962, o Ministério do Ultramar criava nas então Províncias de Angola e de Moçambique os Estudos Gerais Universitários pelo Decreto-Lei n. 44.530, de 21 de Agosto. No caso de Angola, a iniciativa teria sido do então Governo Geral e do Conselho Legislativo de Angola, tendo sido considerada um ato de irreverência e de insubordinação em relação ao Governo Central de Lisboa.¹

Esses episódios da recente história da Guiné-Bissau e de alguns países africanos não tiram aos africanos a responsabilidade de virarem positivamente essa página da história, pois está a tomar-se cada vez mais constrangedor para os africanos o discurso culpabilizador do outro; porquanto, se por um lado esse discurso responsabiliza o colonizador e chama atenção para os séculos de atrocidades cometidos no continente e ao povo africano, por outro lado parece ser um discurso que denota derrotismo. Carlos Lopes lista o que chama de sentimento de derrota dos africanos, afirmando que:

[...] a atitude culpabilizadora dos estrangeiros em relação às incapacidades africanas deixam os africanos com um sentimento de derrota. Derrota dos economistas por se resignarem aos modelos importados. Derrota dos políticos por não fortalecerem o processo de construção da nação. Derrota dos militares por não controlarem a agitação civil da maneira que queriam ou julgavam apropriada. Derrota dos governos por não elevarem o nível de vida da população. Derrota dos intelectuais por não serem capazes de denunciar as pressões que enfrentam quando tentam construir um padrão de desenvolvimento diferente. Derrota das pessoas comuns por conservarem a fé nos seus líderes (LOPES, 1995, p. 100).

Alguns países do continente estão a dar passos seguros rumo ao desenvolvimento, um convite aos que ainda não se desembaraçaram dos

¹ CC documento da CPLP. disponível em: <www.cplp-se.org>

conflitos políticos e militares para darem novos rumos a seus países e povos. Ultrapassar problemas estruturais, evitar os conflitos permanentes é um grande desafio contra a pobreza extrema. E um dos instrumentos capazes de conscientizar os cidadãos para o exercício da cidadania, respeitando os princípios básicos dos direitos humanos; um dos instrumentos capazes de acelerar o crescimento dos países é a educação. Por isso, e apesar dos vários problemas sociais e políticos que a Guiné-Bissau vem enfrentando, o Ministério da Educação guineense instituiu e vem implementando uma série de medidas e planos de ação, tendo como objetivo corrigir as distorções que se verificam no sistema de ensino.

A preocupação vai desde proporcionar escolas às crianças em idade escolar, corrigir a disparidade entre meninos e meninas, manter essas crianças na escola até completarem sua formação, nos diferentes níveis (técnico, profissional e superior). Mas para que essas ações sejam, de fato, realizadas com sucesso é necessário um clima de paz e de estabilidade social e económica. É o que permitirá ao país construir a própria agenda de prioridades, dado que a participação dos países na realização de ações propostas em agendas mundiais carece de pessoal técnico qualificado. O próprio governo necessita de homens e mulheres capacitados, formados em diversos graus e áreas. É esta perspectiva que faz da educação um dos mais importantes instrumentos de transformação das sociedades; e as universidades constituem hoje centros de excelência para formação da massa crítica dos países e povos, estando, também, comprometidas com a promoção dos direitos humanos.

Recorde-se que, após a independência, o país quis universalizar o ensino básico, alargar a formação técnica e profissional, mas faltaram infra-estruturas e pessoal formado. Era necessário abrir-se para uma cooperação que apoiasse o processo de eliminação gradual das dificuldades constatadas no nível do setor educativo e não só.

Nessa empreitada, a Guiné-Bissau pôde contar com os países amigos que, na base de acordos firmados, puderam receber os seus estudantes para a devida formação. Isso no sentido também de se mandar formar um quadro de pessoal qualificado em diversas áreas do saber e que viesse a apoiar o desenvolvimento do país; formar uma massa crítica de que tanto necessita qualquer terra que ambiciona enveredar-se pela via do desenvolvimento; já que até a década passada não havia universidade na Guiné-Bissau. Havia SIM, cursos superiores como o de Direito, apoiado pela Faculdade de

Direito de Lisboa; de Medicina e de Enfermagem apoiados pelo governo cubano; bacharelados ministrados pelas escolas de formação de professores, as ENs (Escolas Normais e Escolas Nacionais) e a ENS (Escola Normal Superior), sendo que nestas últimas o curso de língua francesa era apoiado pela Cooperação Francesa e o de inglês pelo Serviço Norte-Americano do Corpo da Paz e a Cooperação Inglesa- Os cursos de formação administrativa e técnica, ministrados pelos Centros de Formação do INAFOR (Instituto Nacional de Formação Profissional) foram sempre apoiados pela Alemanha Democrática antes da queda do muro de Berlim; depois desse episódio, o apoio alemão continuou até 1998.

A Guiné-Bissau beneficiou-se de vários apoios na área da formação superior, tanto no país quanto no exterior, mas até hoje continua com falta de quadros em diferentes domínios da vida pública. Os sucessivos conflitos têm sido uma das razões da fuga de cérebros, acabando o país por perder o que foi investido nesses quadros nacionais. Todos os apoios recebidos foram graças à participação do país em organizações mundiais e sub-regionais.

A participação no concerto das nações faz com que tanto a Guiné-Bissau quanto outros países africanos e de outros continentes assinem e ratifiquem convenções em nível mundial e regional. No caso da Guiné-Bissau e de alguns países em vias de desenvolvimento, não são suficientes as assinaturas e ratificações dessas leis e/ou planos de ação. O importante é cada país conhecer as suas prioridades, os seus limites e as suas necessidades. A elaboração de uma agenda nacional não tira ao país a responsabilidade de participar no concerto das nações, antes pelo contrário, é o que lhe vai dar mais força para honrar os compromissos assumidos, pois estará resolvendo as suas emergências e urgências; e estará, assim também, mais preparado tanto para eliminar paulatinamente as carências nacionais quanto para participar das agendas mundiais com maior segurança e determinação.

Só tendo uma agenda nacional, definida na base das prioridades internas, é que se pode participar das agendas mundiais. Porque, caso contrário, alguns serão arrastados pelos que têm mais força e possibilidades económicas e financeiras. Estes podem ser os determinantes das agendas mundiais. No caso da cooperação que este Simpósio põe em revista, vale a

² Sobre o sistema de ensino guineense CC CRISTÓVÃO, Fernando (dir. coord.). 2005. *Dicionário temático da lusofonia*. Lisboa: Texto.

intenção da comunhão de vontades, mas vale muito o preparo e a organização das universidades e dos países interessados nesta cooperação. Isso conta também pela continuidade das ações, pela responsabilidade e empenhamento de todas as partes no alcance dos resultados visados.

Brasil e as relações de cooperação

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer oficialmente a independência dos novos Estados africanos nos anos de 1970, entre os quais conta a Guiné-Bissau. O Brasil tem vários programas de cooperação com os países da África em diversos domínios. Respeitante à Guiné-Bissau, esses programas estão fortalecidos e amparados pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau - iniciativa da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) - assinado a 18 de Maio de 1978.

Graças à sua perseverança política, o Brasil pôde dar saltos positivos em relação à sua história no âmbito da educação. Essa evolução vai desde o Decreto n. 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, que estabelecia a não admissão de escravos nas escolas públicas; o Decreto n. 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, que permitia a presença de negros nas escolas, mas somente à noite, até a promulgação da constituição brasileira em 1988, culminando com a aprovação da Lei n. 10.639/03-MEC, que altera a Lei de Diretrizes e Bases, instituindo a obrigatoriedade do ensino da História de África no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Esses passos, em busca da consolidação da democracia, do estado de direito, da igualdade entre os cidadãos, não só têm vindo a beneficiar os brasileiros, mas também os cidadãos de outros países que escolheram o Brasil como lugar para a sua formação académica.

A aproximação do Brasil com os países africanos foi se fortalecendo ao longo dos anos mediante a assinatura de protocolos de acordo e convênio em diversas áreas. Essa relação de cooperação acontece tanto em sentido bilateral quanto multilateral, tendo neste último caso a intervenção de agências multilaterais como a das Nações Unidas (PNUD, UNICEF, UNPFA) ou de agências como a JICA (Agência Japonesa de Cooperação), o Fundo Global de Luta contra a Malária, a Tuberculose e o VIHIAIOS, ou ainda através da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que

tem funcionado como fórum de **negociação** e catalisador de idéias e ações planejadas e/ou programadas conjuntamente pelos países da comunidade de língua portuguesa.

Dentre os domínios de intervenção do Brasil na Guiné-Bissau, destacam-se os da saúde, com ênfase na área da prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, VIH/AIOS. Realço o *Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para implementação do Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS II*, feito em Bissau em 15 de Janeiro de 2005.³ Este documento prevê o fortalecimento da capacidade de combate à epidemia de HIV/AIOS, utilizando tratamento universal com terapia anti-retroviral de primeira linha. Contempla ainda a prevenção da transmissão materno-infantil da AIOS. E efetivou-se ainda, em 2005, a disponibilização dos anti-retrovirais para 100% de doentes guineenses sintomáticos. Ainda no domínio da Saúde, o Brasil disponibiliza cursos e/ou estágios de curta duração, destinados a técnicos superiores nas áreas de medicina tropical, gestão de recursos hospitalares, saneamento básico.

No campo da educação, a cooperação Brasil/Guiné-Bissau manifesta-se na disponibilização de bolsas de estudo a estudantes guineenses, para formação superior e profissional e pesquisa científica em diferentes domínios. O programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é o instrumento básico dessa cooperação bilateral no campo da educação. Para os candidatos a cursos de pós-graduação (mestrado ou doutorado), existe o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

Porém é necessário revisitar o teor desses Programas e, por outro lado, redimensionar as relações existentes entre as Universidades brasileiras e africanas, tendo em conta os novos desafios mundiais. Redimensionar o intercâmbio entre as universidades e o tipo de parceria até aqui desenvolvida, de modo a facilitar a circulação de resultados parciais de pesquisas, produções científicas. As Universidades, no papel de centros de excelência, poderão reforçar a promoção do ser humano, estimular a formação de valores sociais e éticos, estimular o respeito pelas diferenças: de sexo, raça, cor, religião, entre outros - contributo para uma maior participação do cidadão e crescimento da sua cidadania, tanto no Brasil quanto nos países envolvidos

³ Disponível no site: www2.mre.gov.br/dailb_guib_20_5437.htm

nos programas de cooperação.

O PEC-PG, um instrumento que pode ser complementado com apoios de outras agências de cooperação em benefício dos estudantes.

Conforme referi acima, o documento oficial que suporta a cooperação na área da educação no nível de pós-graduação é o PEC-PG. Segundo esse documento,

O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação – PEC-PG, administrado conjuntamente pelo Departamento Cultural (DC) do Ministério das Relações Exteriores-MRE, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, constitui atividade de cooperação educacional exercida, prioritariamente, com países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2006).

Em termos de objetivo, esse Programa visa "a formação de recursos humanos, com vistas a possibilitar cidadãos oriundos de países em desenvolvimento a realização de estudos de pós-graduação em Instituição de Ensino Superior-IES, brasileira". O documento em referência explicita: "Uma das atribuições do Departamento Cultural [é] "o pagamento da passagem aérea que não **abrange** taxas extras referentes ao embarque de bagagens" (grifo nosso) (BRASIL, 2006).

Citei esses pontos do convênio por apontarem os objetivos, delimitarem as agências que participam dessa cooperação científica (CNPq e CAPES), que, para além desse apoio aos países participantes, desenvolvem outras atividades, financiando projetos e ações na base dos editais que vêm publicando. O último ponto referido deve-se ao fato de estar ali delimitada a ajuda para o regresso dos estudantes aos países de origem.

Para quem esteve a fazer pesquisas, a estudar durante dois, quatro ou mais anos, lidando com livros e outros materiais que serão de utilidade na vida profissional, findo o curso, se não se lhe oferecem condições para poder transportá-los, o que fazer dos livros e os demais documentos

adquiridos durante os estudos? Como ultrapassar esse constrangimento?

Talvez, através de novas parcerias com outras agências financiadoras, agências multilaterais e/ou o governo dos países de origem dos estudantes que se deparam com dificuldades de transportar os seus materiais.

Não está prevista em nenhum ponto do PEC-G ou PEC-PG a questão do acolhimento dos estudantes à chegada ao Brasil. Existe em todas as Universidades o departamento de Relações Internacionais que apóia os estudantes com informações e dá orientação, à chegada, quando necessário (pelo menos é o que acontece na PUC Minas, que também organiza anualmente o encontro com os novos estudantes estrangeiros). Porém, a adaptação dos estudantes tem muito a ver com o seu sucesso. Por que não pensar na criação de um grupo de acolhimento e de acompanhamento dos novos estudantes, constituído por alunos africanos e brasileiros, membros da associação de estudantes?

Em relação a como pode o Programa PEC-PG apoiar a cooperação entre as universidades brasileiras e africanas, entendo que já estão abertas as possibilidades de contato e de algum intercâmbio entre os centros de formação superior, ainda que em pequena escala. O redimensionamento desta parceria possibilitaria, sim, a realização de ações bem programadas e agendadas pelas universidades. O PEC-PG, enquanto instrumento que materializa o que está conveniado entre o Brasil e os países abrangidos, vale-se de departamentos e agências que funcionam como facilitadoras da realização de ações programadas. Assim sendo, ela poderia também servir de elo ou ponte para ações a serem projetadas. Por exemplo, a CAPES e o CNPq podiam ser desses parceiros. As agências multilaterais como o PNUD e a UNESCO podem revelar-se verdadeiros parceiros, já que uma das suas missões é apoiar o desenvolvimento dos países, a educação, a ciência e a cultura.

Algumas contribuições

A organização do Simpósio Internacional de Estudantes-Convênio Brasil-África de Ensino Superior avançou. no documento de base, interrogações que por si só já constituem propostas de objetivos e ações alternativas para uma nova dinâmica de cooperação entre o Brasil e os países

africanos. Passo a apontar alguns aspectos que me parecem de interesse para a discussão proposta.

Sendo este Simpósio o primeiro do gênero, pode-se, a partir deste evento:

(i) criar um Fórum (Rede/Grupo) de pesquisas, um marco institucional através do qual as declarações de intenções daqui saídas constituam também um plano de ação para a cooperação inter-universitária. A Rede/Grupo poderá responsabilizar-se da implementação e acompanhamento do plano de ação e dos programas que possam vir a ser propostos: Encontros, Conferências por áreas de pesquisa (Ciências Sociais, Linguística, Saúde – DST, VIH/AIDS - etc.). Em consequência,

(ii) criar um Núcleo Permanente, constituído por um número limitado de pesquisadores (entre professores e estudantes) que seriam responsáveis pela dinamização do Grupo e disseminação de informações no nível do mesmo;

(iii) propor a diversificação da parceria existente, solicitando a participação dos Governos, do PNUD, da UNESCO, da CPLP, Bibliotecas nacionais, Fundações, Editoras, ONGs locais sensíveis aos propósitos da Rede/Grupo, com vista a facilitar angariação de recursos regulares para realização de ações futuras;

(iv) propor a criação e/ou o redimensionamento da parceria entre as universidades africanas e brasileiras, começando pela assinatura de um convênio "chapéu" entre a Universidade de Pernambuco e algumas universidades africanas interessadas nessa cooperação.

(v) chamar a atenção para documentos, tais como protocolos de cooperação assinados entre os países da CPLP,⁴ que se revelam valiosos instrumentos a serem explorados em favor dos propósitos deste Simpósio.

Em jeito de conclusão, desejo frisar que, quando, para lá das convenções ditadas pela cooperação entre países, se vislumbram pragmatismos, as exigências aumentam. Tudo o que se consegue realizar parece pouco diante de expectativas que se criam em função dos resultados que se vão obtendo, a partir de ações concretas. São imposições próprias

⁴ Ver, por exemplo, o 'Acordo de cooperação entre instituições de ensino superior dos países membros da comunidade dos países de língua portuguesa'. Disponível em: <www.cplp.org/Admin Públíc>. Acesso em: IOde Abril de 2009.

da História dos povos. E quando esse passado tem pontos, indelévels, de interseção, como é o caso da África e Brasil, a responsabilidade das partes aumenta: é o comprometimento de (re)construir a História comum, apelando aos instrumentos que os novos tempos nos colocam em mãos. Convirá apelar à corrente da "pirâmide invertida"? Talvez hastear menos bandeiras plasmadas de preconceitos que possam ofuscar o espírito e o olhar críticos de que a construção de uma verdadeira parceria carece; equilibrar os pesos na balança e (re)construir a nossa História comum.

E, se os documentos de cooperação rubricados entre os Estados constituem a base para se dinamizar a cooperação, as Universidades são, sem dúvidas, as portas que se abrem para novos horizontes, pois, como centros de excelência, constituem instrumentos essenciais para a concretização dos projetos e programas, configurando-se como construtoras da massa crítica tão necessária às nossas sociedades.

Referências bibliográficas

BENKÜ, Georges. 2002. Mundialização da economia, metropolização do mundo. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 15, p. 45-54. Disponível em: <www.geografia.ffich.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/45-54.pdf>. Acesso em: 10 de Abril de 2009.

CRISTÓVÃO, Fernando (dir. coord.). 2005. *Dicionário temático da lusofonia*. Lisboa: Texto.

BRASIL. 2004. Ministério da Cultura. *Impactos positivos e negativos da globalização em nossos países: o que fazer?* Documento do Seminário Cultura e Desenvolvimento. Salvador, BA: MINC / PNUD / CPLP.

BRASIL (2005). Ministério das Relações Exteriores. *Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para implementação do Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS*. Brasília: MRE. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 10 de Abril de 2009.

BRASIL. (2006). Ministério das Relações Exteriores. *Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação*. Brasília: MRE. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: IOde Abril de 2009.

LOPES, Carlos. 1995. Basta! Para um diagnóstico alternativo da crise africana. *Revista Soronda*, Bissau: INEP, n. 20, p. 99-141.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1988). Manifesto do Partido Comunista, (Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder), Editora Vozes, Petrópolis, pp.69-70.

MENDY, Peter Caribe. 1993. A herança colonial e o desafio da integração. *Revista Soronda*, Bissau: INEP, n. 16, p. 3-37.

ROUANET, Sérgio Paulo. 2000. *As duas vias da mundialização*. São Paulo. Disponível em: <www.race.nuca.ie.ufrj.br>. Acesso em: IOde Abril de 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). 2000. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. (org.). 2004. *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Afrontamento.